



Evento: XXX Jornada de Pesquisa ▾

DO SILÊNCIO À PROTEÇÃO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA E DA SEXUALIDADE.¹

Luana Tainá Klein², Ivo dos Santos Canabarro³

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências na Unijuí;

² Estudante do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências (PPGEC) e Bolsista taxa PROSUC cedido pela CAPES.

³ Professor do PPGEC, Dr. em História pela Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

A infância e a sexualidade são temas historicamente marcados por silenciamentos, negações e repressões. Durante séculos, a criança foi vista sob diferentes olhares sociais e políticos, muitas vezes reduzida a um ser incompleto, incapaz de expressar desejos ou curiosidades, principalmente no que diz respeito à sexualidade. A construção do discurso sobre o sexo, influenciado por instituições religiosas e estruturas de poder, moldou a percepção social sobre o corpo, o prazer e a educação.

Esse resumo expandido propõe uma reflexão sobre a construção histórica da infância e da sexualidade, trazendo à luz os impactos dessas concepções no presente. A abordagem também se compromete com a análise do papel da família e da escola na formação de crianças e adolescentes, especialmente diante da necessidade urgente de uma educação sexual emancipatória, crítica e acolhedora. Dados alarmantes, como os apresentados pela Fundação Abrinq (2022), mostram que 87,7% dos casos de abuso sexual no Brasil ocorrem com meninas, sendo 68,7% desses crimes cometidos dentro do ambiente doméstico. Esses números reforçam a necessidade de repensar os espaços de cuidado, diálogo e proteção na infância.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho é qualitativa, construída a partir de análise crítica do conteúdo fornecido e da revisão de autores fundamentais para a discussão: Michel Foucault, Philippe Ariès, Sigmund Freud, Gregersen, Corazza, Louro, Nunes e Silva, e Colling & Tedeschi. Os conceitos e argumentos desses autores foram reunidos de forma



interpretativa, organizando um panorama histórico e sociológico sobre as transformações nas concepções de infância e sexualidade.

Foram ainda incorporadas estatísticas recentes (Fundação Abrinq, 2022) e reflexões contemporâneas sobre o papel da escola e da família no enfrentamento da violência sexual e na promoção de uma educação sexual que respeite a dignidade, o corpo e a identidade de crianças e adolescentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A infância, durante a Idade Média, era concebida como uma extensão da vida adulta. Conforme Ariès (1981), as crianças dividiam com os adultos não apenas os espaços físicos, mas também responsabilidades e práticas cotidianas, sendo pouco reconhecidas em sua singularidade. A mudança desse paradigma começou a se delinear no final do período medieval, quando meninos passaram a ter acesso à escolarização militar, e meninas, à aprendizagem doméstica. Essa diferenciação deu início a uma nova forma de entender a infância como uma fase própria da vida, embora ainda marcada por desigualdades entre meninos e meninas.

Simultaneamente, o discurso sobre sexualidade começava a ser moldado. Foucault (1988) afirma que a sociedade passou a controlar a sexualidade por meio de regras morais, religiosas e políticas, muitas vezes ocultando o tema e ligando-o à confissão e ao sentimento de culpa. O prazer foi rejeitado, e a sexualidade infantil, silenciada.

as crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isto seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal [...]. (FOUCAULT, 1988, p.10)

Gregersen (1983) complementa essa visão ao expressar como a tradição judaico-cristã restringiu a sexualidade, devendo servir apenas para a reprodução dentro do casamento heterossexual, desvalorizando outras formas de expressão do prazer. Freud (1970), por outro lado, questiona essa visão ao afirmar que a sexualidade se manifesta desde a infância, por meio de toques, curiosidades e afetos, que devem ser compreendidos e respeitados, não reprimidos.



Corazza (2004) argumenta que os corpos infantis foram - e ainda são - alvos de manipulação simbólica e física, o que torna urgente uma nova ética da escuta e da proteção. Dados da Fundação Abrinq (2022) reforçam esse apelo: cerca de 87,7% dos casos de abuso foram constatados em meninas. Esses abusos ocorreram em sua maioria, no seu próprio ambiente residencial, constatando 68,7% dos casos. Outros locais relevantes também foram apontados na pesquisa, como em vias públicas (5,3%), como também em escolas (3,9%). Isso revela a necessidade de preparar adultos - pais, professores, cuidadores - para que atuem como referências afetivas capazes de escutar, orientar e acolher as manifestações da sexualidade infantil.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel ambíguo. Conforme Louro (2023), a sexualidade está presente no ambiente escolar independentemente da existência de uma disciplina específica, pois ela faz parte do sujeito. No entanto, tanto professores quanto famílias ainda demonstram resistência em abordar o tema de forma clara e contínua. Muitos assumem uma postura de negação - a chamada “pedagogia do avestruz”, como denominam Nunes e Silva (2000) - em que ignoram manifestações naturais de curiosidade ou tentam “apagar incêndios” apenas quando situações explícitas surgem.

Um dos obstáculos para a efetivação da educação sexual nas escolas é a confusão entre os conceitos de “sexo” e “sexualidade”. Enquanto o primeiro diz respeito às características biológicas do corpo (masculino ou feminino), o segundo envolve uma construção mais ampla, subjetiva e social. Como explica Heilborn (2006 apud COLLING; TEDESCHI, 2019),

podemos pensar a sexualidade como um conceito empírico, analítico e político que passa por constantes alterações, sendo a sua construção parte de um processo complexo, que envolve, ao mesmo tempo, aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais que carregam historicidade e envolvem práticas e simbolizações (HEILBORN, 2006 apud COLLING; TEDESCHI, 2019, p. 669).

Ao ingressar na adolescência, o indivíduo passa a viver transformações físicas, hormonais e psíquicas intensas. Conforme Suplicy et al. (2000), a reorganização da imagem corporal e a necessidade de pertencimento social tornam essa fase sensível. A família, muitas vezes despreparada, se distancia, e a escola se torna um espaço importante de socialização e informação — ou, na ausência disso, de reprodução de preconceitos e silêncios.

A escola se caracteriza por um espaço de convivência. De acordo com LOURO



(2023), não podemos delegar à escola o poder e a responsabilidade absoluta em explicar as identidades sociais aos sujeitos. Mas é de grande importância reconhecer que o modo que o tema é abordado em seu contexto, traz aos indivíduos marcas que constituem a forma que se relacionam e enxergam o mundo ao seu redor. Os sujeitos tornam-se conscientes dos seus corpos à medida em que são vistos, julgados e disciplinados. Quando os corpos dos sujeitos são associados à vergonha, culpa, censura e controle, e a sexualidade é tratada apenas como um assunto privado, corre-se o risco de desconsiderar sua dimensão social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse percurso histórico e conceitual, percebe-se que a compreensão da sexualidade, especialmente na infância e adolescência, exige o rompimento com paradigmas repressivos e reducionistas herdados de tradições culturais, religiosas e políticas. A trajetória histórica da infância e da sexualidade mostra que o silenciamento e a repressão sempre foram usados como ferramentas de controle social. Essa lógica, embora tenha se transformado com o tempo, ainda se faz presente, seja nas omissões familiares, nas resistências escolares ou na falta de políticas públicas eficazes. Os dados recentes de violência sexual contra crianças, especialmente meninas, revelam que o silêncio pode ser traumatizante e mortal.

Diante desse cenário, a educação sexual deve ser tratada como prioridade. Ela precisa fazer parte do currículo escolar não como imposição moral, mas como ferramenta de proteção, conhecimento e emancipação. Reconhecer a criança como sujeito de direitos implica assumir que sua sexualidade, enquanto dimensão humana, deve ser acolhida, orientada e protegida, e não silenciada ou negada. É fundamental que professores, famílias e instituições se comprometam com uma formação que reconheça as singularidades de cada sujeito, respeite suas vivências e abra espaço para o diálogo.

Nesse sentido, a escola e a família precisam atuar de forma conjunta, com preparo e sensibilidade, para criar espaços seguros de diálogo e escuta, capazes de integrar conhecimento científico, respeito às diferenças e promoção de vínculos afetivos saudáveis. A escola não deve ser o único espaço de construção identitária, mas é ali que os sujeitos convivem com o diferente, expressam seus afetos e descobertas. Se o ambiente escolar se mantiver neutro ou repressivo, estará reforçando práticas que silenciam corpos e histórias. Ao



contrário, se acolher com ética e respeito, poderá ser um lugar de cura, de proteção e de reconstrução social.

Em síntese, romper com o ciclo de abusos e silenciamentos requer coragem coletiva. É preciso que adultos - nas famílias, nas escolas, nas igrejas e nas políticas públicas - reconheçam a sexualidade como parte da vida, desde o nascimento, e assumam o compromisso de proteger a infância não com censura, mas com escuta, informação e afeto. Essa postura não apenas previne abusos e violências, mas também contribui para o desenvolvimento integral, fortalecendo a autonomia e a autoestima dos indivíduos ao longo da vida.

Palavras-chave: Sexualidade. Infância. Educação sexual.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão à Unijuí pela oportunidade concedida para ampliar minha pesquisa sobre educação sexual, por meio do financiamento da taxa PROSUC. Esse apoio é fundamental para viabilizar a realização de etapas essenciais do estudo, possibilitando o aprofundamento teórico e metodológico da temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. 1981. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 2a edição.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org). 2019. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados. 2.ed.
- CORAZZA, Sandra Mara. 2004. **História da infância sem fim**. Ijuí: Ed.Unijuí. 2. Ed.
- FOUCAULT, Michel. 1988. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREUD, Sigmund. 1970. **Cinco lições de psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago.
- FUNDAÇÃO ABRINQ. **Veja os números de violência sexual infantil no Brasil**. 2024. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/noticias/cenario-violencia-sexual>> Acesso em: 05 agosto. 2025.
- GREGERSEN, Edgar. **Práticas sexuais: a história da sexualidade humana**. São Paulo: Livraria Roca, 1983.
- LOURO, Guacira Lopes (org). 2023. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 4.ed.
- NUNES, César; SILVA, Edna. 2000. **A educação sexual da criança - polêmicas do nosso tempo**. São Paulo: Editora autores associados.